



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Vassouras

PROJETO DE LEI Nº 777/2017

Institui no âmbito do Sistema Municipal de Ensino o Programa Escola Sem Partido.

Art. 1º. Esta lei institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, com fundamento nos seguintes princípios:

- I - Neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;
- II – Pluralismo de idéias;
- III- liberdade de aprender e de ensinar;
- IV- liberdade de consciência e de crença;
- V – proteção integral da criança e do adolescente;
- VI – direito do estudante de ser informado sobre os próprios direitos, visando o exercício da cidadania;
- VII – direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Art.2º - No exercício de suas funções, o professor:

- I – não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;
- II – não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;
- III – não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
- IV – ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;
- V – respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral



Estado do Rio de Janeiro

Camara Municipal de Vassouras

que esteja de acordo com as suas próprias convicções;

VI – não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

Art. 3º - As instituições de educação deverão afixar em salas de aula e nas salas dos professores cartazes com o conteúdo previsto no anexo I da presente Lei.

Art.4º - As escolas particulares que atendem a orientação confessional e ideologia específica poderão veicular e promover os conteúdos de cunho religioso, moral e ideológico autorizados contratualmente pelos pais ou responsáveis pelos estudantes.

Art.5º - Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2018.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente projeto, devido ser importante que haja a liberdade e preserve o direito familiar e individual de cada família sob seus filhos.

Sala das Sessões, 07 de DEZEMBRO de 2017


Sandro Alex de Medeiros Motta

Vereador



Estado do Rio de Janeiro

Camara Municipal de Vassouras

ANEXO I

DEVERES DO PROFESSOR

- I - o Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;
- II - O professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
- III - O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
- IV - Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa - isto é, com a mesma profundidade e seriedade as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.
- V - O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas convicções.
- VI - O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.